

A IGREJA CATÓLICA E A CULTURA POPULAR NO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL EM SANTARÉM (1960 A 1980)¹

THE CATHOLIC CHURCH AND POPULAR CULTURE IN THE PROCESS OF AFFIRMING LOCAL IDENTITY IN SANTARÉM (1960 to 1980)

Marilu Roberta Pimentel Santos²

Luciana Gonçalves de Carvalho³

Resumo: Este artigo discute como a Igreja Católica, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e suas ações no campo da cultura popular, contribuíram para um projeto de fortalecimento da identidade local em Santarém, Pará, Brasil, no período de 1960 a 1980. Por meio de pesquisa qualitativa e documental, e de entrevistas semiestruturadas com pessoas que trabalharam no MEB e especificamente na Feira da Cultura Popular, concluiu-se que a Igreja Católica promoveu, além da catequese, a educação e outras formas de produção de conhecimento e desenvolvimento intelectual da população local incentivando práticas culturais tradicionais.

Palavras chaves: Cultura. Identidade. Movimento de Educação de Base.

Abstract: This paper discusses how the Catholic Church, through the Basic Education Movement (BEM) and its actions in the field of popular culture,

¹ Trabalho indicado para publicação. Apresentado originalmente no II Seminário Conexões promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (ICSA/UFPA) em novembro de 2019.

² Mestre em Ciências da Sociedade (PPGCS/Ufopa), professora da rede estadual no Pará. E-mail: caboclaparaense@gmail.com

³ Doutora em Antropologia, professora do PPGCS/Ufopa, PPGSND/Ufopa e PPGSA/UFPA. E-mail: luciana.goncalves@ufopa.edu.br

contributed to a project to strengthen local identity in Santarém, Pará, Brazil, from 1960 to 1980. Through qualitative and documentary research, and semi-structured interviews with people who worked at BEM and specifically at the Popular Culture Fair, it was concluded that the Catholic Church promoted, in addition to catechesis, education and other forms of knowledge production and intellectual development of the people by encouraging their traditional cultural practices.

Keywords: Culture. Identity. Basic Education Movement.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute a configuração de um circuito de cultura popular sob a atuação da igreja católica através do Movimento de Educação de Base – (MEB), no período de 1960 a 1980 em Santarém. Consideramos que a atuação do MEB no município corresponde a um período de efervescência política e de difusão de ideias sobre a afirmação da identidade local a partir da valorização da cultura popular, notadamente da população rural. A atuação do MEB propiciou diferentes atividades culturais, entre elas a Feira da Cultura Popular, a criação da Radio Rural de Santarém, o programa de formação de lideranças e o programa de alfabetização radiofônica.

O MEB e suas ações foram projetados pelo então bispo de Santarém Dom Thiago Ryan, na década de 1960, fazendo parte de um movimento eclesial e de um projeto de educação de base e evangelização. Esse projeto teria surgido a partir do conhecimento pregresso sobre a condição de comunidades rurais e ribeirinhas da Amazônia, onde a maioria da população era analfabeta, e do seu contato com pastorais no Nordeste do país, na década de 1960, quando observou atentamente o trabalho de formação de catequistas e de educação realizado pelo MEB.

Este artigo concentra-se especificamente no estudo sobre ações voltadas para a cultura popular que buscaram, entre outras pautas no

âmbito do MEB, a afirmação de uma identidade cultural local. Para isso, se faz necessário discutir, em uma perspectiva histórica do movimento eclesial, a sua contribuição no fortalecimento da identidade local e a formação de uma intelectualidade, do ponto de vista do domínio da leitura e da escrita, como também da formação de uma consciência crítica sobre a realidade. Sob esse enfoque, aborda-se a cultura popular produzida e reproduzida pelas comunidades rurais no município de Santarém.

A abordagem utilizada neste estudo é eminentemente qualitativa. O levantamento teórico e documental foi realizado em fontes como livros impressos e online, artigos, monografias e teses de doutorado. Os documentos, projetos, relatórios e anuários de dados de cunho regional foram pesquisados no Instituto Boanerges Sena, na biblioteca particular da Profa. Aurenice Gabler (ex-coordenadora do MEB) e na Cúria da Igreja Católica. Destacadamente, fontes orais foram usadas na pesquisa, que contou com a contribuição de pessoas cujas experiências de vida incluem ativa participação no MEB e em suas ações de cultura popular.

A história oral, segundo Alberti (2005, p. 155) “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com atores e testemunhas do passado”. Segundo Chizzotti (2011), por meio da história oral o investigador reúne informações de uma ou mais pessoas sobre eventos, seu contexto, suas causas e efeitos, possibilitando ao pesquisador alcançar informações não registradas ou inacessíveis para a compreensão do seu objeto de estudo.

Mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas por uma das autoras deste artigo, junto com um pesquisador auxiliar, mestre em ciências sociais aplicadas, foi possível levantar informações de acordo com a experiência de vida de cada informante. Cada entrevista seguiu um roteiro previamente estabelecido, porém flexível, contendo perguntas abertas; todas foram gravadas em áudio e transcritas pela própria

entrevistadora. Nesta pesquisa, portanto, a entrevista mostrou ser um instrumento privilegiado para a coleta de dados, na medida em que pode revelar, por meio do diálogo, informações históricas, sistemas de valores, representações, perspectivas.

2 A DITADURA MILITAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

A ditadura militar instaurada no Brasil em março de 1964, ao pôr fim ao governo de João Goulart, inaugurou uma era de acentuação das desigualdades sociais e supressão de direitos políticos e sociais. Em seu contexto, sobressaíram abusos e ações violentas de repressão a manifestações que, “para profundo desgosto de liberais e conservadores”, haviam conduzido “[a] um a avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras sem precedentes na história social brasileira” (TOLEDO, 1997, p. 32).

De acordo com Colares (1998, p. 51), o governo de Goulart havia levado ao auge da mobilização política e social, “inclusive com grande participação de estudantes e intelectuais atuando junto aos setores marginalizados da sociedade, com ações que misturavam assistencialismo, conscientização, incentivo à participação e à contestação política”. Essas ações compreenderam, entre outros, movimentos de cultura popular e de educação de base, e contribuíram para que a política começasse a “alcançar, de forma intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas” (TOLEDO, 1997, p. 32).

Em reação, o golpe militar produziu-se a fim de impor à população brasileira, em especial aos segmentos que se organizavam pela conquista e garantia de direitos civis e sociais, um sistema político-social disciplinador, alienador e silenciador, segundo o qual aquilo não estava proibido era obrigatório. A partir do golpe, o cidadão não tinha o direito de expressar

criticidade ou reivindicar publicamente o direito de ir e vir, ou era visto como comunista.

O golpe de Estado que derrubou em 1964 presidente João Goulart tipificou o conjunto das operações que a CIA desenvolveu e aprimorou, e com tais procedimentos ela conseguiu desestabilizar o governo e permitir a sublevação dos militares, a pretexto de restaurar a ordem e evitar o comunismo (VALLE, 2014, p. 18).

O poder dos militares era usado com coerção sobre a população, contra qualquer expressão de pensamento, opinião, sugestão na direção do fortalecimento das lutas e ações incentivadoras de manifestações coletivas reivindicando garantias de direitos. O intuito dos militares era disseminar a opressão em nome da “ordem”, cerceando os processos democráticos no país, sobretudo o direito civil expresso, por meio do voto, na escolha de seus dirigentes.

No período ditatorial, o movimento artístico era vigiado pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão federal responsável pela fiscalização das produções artísticas e culturais com o objetivo precípuo de censurar qualquer manifestação artística contrária às ordens e à ideologia do governo. Cantores e compositores passavam, portanto, por um momento de exceção sobre todas as expressões, seja em poesia, música, teatro, novela, produção de livros etc. As canções ficaram sujeitas a impedimentos de serem tocadas nos meios de comunicações, show, festivais ou qualquer outra forma de manifestação, principalmente se tivessem conteúdos e evidências a despertar consciência crítica sobre a realidade política, econômica e social do país.

De 1964 até o final dos anos de 1970, a autocracia burguesa obstaculizou a organização sindical dos trabalhadores do campo e da cidade. Os espaços físicos dos sindicatos foram alvos de decretos-leis que alteraram a natureza dessas entidades, transformando-as em locais de prestação de serviços assistenciais e centros de recreação. Ao mesmo

tempo, dirigentes sindicais e lideranças comunitárias mais influentes sofriam perseguições e torturas pelos militares, que inibiam a organização popular e o fronte de lutas contra o regime.

Contudo, o governo não foi capaz de impedir manifestações e greves (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), e, apesar da conjuntura política desfavorável à mobilização popular, multiplicaram-se os espaços de discussão e as reivindicações democráticas formuladas no âmbito dos movimentos sociais. Tanto os trabalhadores do campo como os da cidade se organizavam e participavam de reuniões e planejamentos clandestinamente, pois eram vigiados. Expressando sua resistência ao regime, portanto, as bases dos movimentos se formaram para o enfrentamento da violação de direitos e a livre expressão. Ao abordar o conceito de resistência, Kehl (2014, p. 342) destaca dois elementos:

O primeiro: o campo da resistência sempre se definiu em torno da convicção de uma correlação de forças adversas – a ditadura é o inimigo mais forte e que se impõe. Resistem os que sobraram ou optaram por lutar; por isso, essa é uma prática política que se sustenta num exercício de esperança – assume uma derrota e, simultaneamente, declara uma esperança de vitória. Sua prática incluiu um conjunto significativo de compartilhamento de valores do mundo público como esperança e prudência. E, sobretudo, coragem política, isto é, o gesto de deixar a proteção do anonimato do mundo privado e protagonizar uma ação na cena pública. Quem faz isso sabe que corre riscos: o inimigo é superior em forças; não existem garantias; e, caso seja preso, estará sem recurso e sem defesa.

O segundo elemento definidor do conceito: a luta de resistência (sob qualquer forma) que ocorre quando se quebra o Estado de Direito e se rompem os princípios e valores que o organizam. Essa é uma luta que se forma em torno dos direitos, da legalidade, da justiça. Quem participa dela não o faz exclusiva ou prioritariamente em nome de uma bandeira ideológica ou de um projeto político partidário. Sua essência é a defesa da liberdade.

As chamadas Ligas Camponesas, formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir de 1945, posteriormente apoiadas, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), expressavam a mais ativa organização política no campo. As ligas constituíram um dos movimentos mais expressivos em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no meio rural. Tinham como bandeiras de luta a resistência popular e o fortalecimento das ações coletivas. No período ditatorial no Brasil, os trabalhadores rurais, associados às Ligas Camponesas, foram alvos dos militares e, quando presos, eram sumariamente executados.

Neste contexto, Martins (1981) defende que a resistência camponesa significa mais do que uma luta pela terra, representando uma verdadeira luta pela preservação de um modo de vida baseado no trabalho coletivo do mutirão e na preservação da agricultura familiar. Os camponeses, então, formavam um coletivo de massas que buscavam recuperar a sociabilidade entre parentes, compadres e vizinhos, como alternativa real à degradação e à miséria (MIRANDA; FIÚZA, 2017, p. 125).

Nesse processo, destacou-se, em 1975, a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica. Por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a CPT foi instituída para defender os direitos humanos e fomentar a organização social e política trabalhadores rurais, posseiros e peões, como resposta à grave situação vivenciada por esses segmentos, frequentemente expulsos das terras que ocupavam, explorados no trabalho e submetidos a condições análogas à escravidão.

Em que pese às forças repressoras que puniram padres, leigos e agentes de pastoral e as lideranças populares com a morte, a tortura e a prisão, a CPT realizou um amplo trabalho de conscientização e mobilização popular nas zonas rurais, baseado no espírito crítico de orientação dos camponeses e na mediação dos conflitos agrários e ambientais. No decorrer do tempo, a comissão adquiriu caráter ecumênico, com a incorporação de

agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e com o apoio a trabalhadores pertencentes a diferentes agremiações religiosas.

Outros movimentos emergiram, contrapondo-se à ditadura, no campo e na cidade, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), iniciado no final da década de 1970, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ambos apoiados pela da igreja católica. Em 1984, emergiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com ações de oposição ao modelo de reforma agrária proposto pelo governo militar nos anos 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas com o objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica.

Apesar da tentativa de minimização do papel político dos movimentos sindicais brasileiros do campo e da cidade face à conjuntura do regime militar, esses movimentos se reinventaram, assumindo o protagonismo da educação popular e sindical e reposicionando a organização como base para a consciência de classe. Entre 1964 e 1984, registrou-se não só a consolidação de movimentos sociais de várias frentes, mas também a fundação de partidos políticos e o fortalecimento de partidos já existentes no cenário nacional. Assim, os movimentos sociais proporcionaram à população do campo e da cidade maior capilaridade para manter-se unida em diferentes lutas e frentes de resistência à retirada de direitos (sobretudo a terra, saúde e educação) e pela preservação de modos de vida próprios.

Na Amazônia, as lutas camponesas se multiplicaram, tendo em vista a vastidão do seu território e suas especificidades geográficas, bem como o longo histórico da ocupação da região. Quando o golpe militar se abateu sobre o Brasil, as sociedades amazônicas viviam em diferentes realidades, nos campos, nas águas e nas florestas, mas também nas cidades. Porém, a maioria da população regional se utilizava basicamente da caça, da pesca artesanal, do extrativismo e dos produtos da agricultura familiar para subsistência. Seus hábitos e costumes variavam de acordo com

suas culturas, tão distintas quanto os diferentes povos e comunidades tradicionais que a ocupavam.

Esses povos e comunidades foram particularmente impactados com a abertura da Rodovia Transamazônica (BR-230) durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974). Considerada como a terceira maior rodovia do Brasil, ligando Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas, sua construção foi emblemática da proposta política da ditadura militar para a Amazônia. Sob o pretexto e o lema da integração ao restante do país, esta região foi alvo de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão da fronteira agrícola, que desrespeitou modos de vida locais e direitos costumeiros constituídos.

Durante a ditadura militar, portanto, e especialmente a partir da década de 1970, a Amazônia viveu a eclosão de movimentos sociais cuja formação é objeto de histórias registradas nos livros, mas também na memória de lideranças políticas daquela época. Em Santarém, especificamente, o Pe. Edilberto Sena (2014, p.184) informa que:

[...] desde o final da década de 1970, os movimentos sociais, num rastro da Cabanagem, representavam avanços na conscientização e na compreensão do direito de ter direitos humanos, pessoais e coletivos. O sindicalismo rural conquistado das mãos dos pelegos, a partir da organização Lavradores Unidos de Santarém, foi estímulo para outros trabalhadores rurais, e pescadores de outros municípios também conquistarem a direção e darem novo rumo a seus sindicatos.

De acordo com o sociólogo Antônio José Mota Bentes, destacou-se nesse período a criação do Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), que inicialmente foi chamado Grupo de Estudo da Terça-Feira. Esse grupo reunia, segundo ele, lideranças do movimento social e eclesial para o estudo da conjuntura e para a educação popular a fim de subsidiar a atuação das lideranças locais em sindicatos, movimentos estudantis e partidos políticos. Alguns dos princípios do grupo eram a defesa dos

direitos de autodeterminação dos povos indígenas e a resistência contra a implantação dos grandes projetos na Amazônia (BENTES, 2014).

Na avaliação do Pe. Sena, o GDA foi responsável pela introdução da questão ambiental na pauta política de Santarém, alcançando também os segmentos urbanos e contribuindo, sob nova inspiração, para a abordagem de uma multiplicidade de questões sociais e, conseqüentemente, para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no município que ele classifica como “uma novidade na política partidária, em plena ditadura militar” (SENA, 2014, p.185). Sobre o GDA, Sena (2014, p. 184) enfatiza:

Este foi pioneiro no processo de discussões e compreensão sobre a necessidade de se cuidar da mãe natureza e dos direitos dos povos indígenas nesta região. Não se pode esquecer que foi na década de 80 que o movimento urbano de associações de moradores deu os primeiros passos, impulsionado pela teologia da libertação que inspirava alguns padres e leigos/as a ligar a fé evangélica com a luta social urbana.

Tanto o padre quanto o sociólogo, supramencionados, concordam que as organizações sociais e políticas em Santarém foram, na maioria, impulsionadas pelos movimentos eclesiais da Igreja Católica, nomeadamente o Movimento de Educação de Base (MEB), a Catequese Rural e a Rádio Rural de Santarém.

Para isto muito contribuiu a Igreja Católica através do Movimento de Educação de Base – MEB, da Catequese Rural e da Rádio Rural de Santarém. Unindo fé e vida, seguindo o método de educação do Mestre Paulo Freire, foi feito o alicerce da consciência cidadã que facilitou a luta dos trabalhadores rurais (SENA, 2014, p. 184).

O apoio e a participação direta de membros da Igreja Católica na formação e manutenção das agremiações e movimentos de diferentes segmentos sociais foram fundamentais para fomentar a vida política da população santarena, com atenção a causas diversas, no período da ditadura militar. A efervescência das organizações sociais e políticas na

Amazônia e em todo o Brasil, entre as décadas de 1960 a 1980, foi o contraponto à contumaz negação de direitos que a ditadura operou.

Nesse contexto, um dos maiores obstáculos enfrentados nas ações catequéticas e políticas da Igreja Católica era o analfabetismo amplamente disseminado nas comunidades rurais e periferias brasileiras, em geral, isoladas e dotadas de baixo poder de acesso a bens e serviços. Então, partindo do princípio de que a educação é fundamental para um povo consciente e organizado, dotado da força necessária para reivindicar e fazer valer seus direitos, a Igreja envidou esforços para criar meios de informar, formar e conscientizar grupos mais desfavorecidos da população brasileira. Suas principais ações, nesse sentido, fizeram parte do Movimento de Educação de Base, popularmente chamado MEB.

O MEB, na verdade, havia sido criado poucos anos antes do golpe militar, como mostraremos na próxima seção, no âmbito de uma parceria entre o governo federal e a Igreja Católica. Na época, o próprio governo entendia que o analfabetismo comprometia o desenvolvimento do país, e, de fato, no início dos anos 1960, 50% da população brasileira era analfabeta, e o Brasil era o 6º país com maior índice de analfabetismo no mundo (GABLER; ALMEIDA; M. FILHO, 1996).

3 O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM SANTARÉM

O Movimento de Educação de Base iniciou-se em Santarém em meados de 1964, quando Dom Thiago Ryan assumiu a Prelazia do Baixo Amazonas⁴ e entendeu que o analfabetismo era um fator impeditivo para o efetivo processo de evangelização da população rural, então majoritária no município. Logo após visitar comunidades do interior, Dom Thiago, correlacionando o baixo acesso à catequese religiosa com a alta taxa de analfabetismo que encontrou, começou a organizar uma equipe exclusiva para o trabalho de educação popular, colocando à sua disposição um prédio

⁴ A Prelazia corresponde a uma área geográfica de atuação da Igreja.

em Santarém, uma embarcação e uma emissora de rádio, a Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém Ltda.

Para Pe. Edilberto Sena, ex-diretor da Rádio Rural de Santarém em relato refere-se a Dom Tiago dizendo:

Vamos começar com Igreja, na pessoa de D. Tiago. O D. Tiago foi um camarada que nunca foi um político partidário. Ele não era um esquerdista na nossa linguagem. Ele era um padre missionário, só ele tinha uma coisa, na minha análise. Ele tinha um espírito irlandês. Ele era um norte-americano filho de irlandês. E o irlandês era um lutador. Sabe da história da Irlanda do Norte e Irlanda do sul para se romper com a Inglaterra. Então ele tem o espírito de guerreiro. D. Tiago tinha um pouco desse espírito. Quando ele chegou a aqui, na visão dele, o analfabetismo na região, nesse mesmo período de 62 antes da ditadura, lá no nordeste, um fulano de tal que virou um (confidencial) extremamente conservador o (nome confidencia) ele era (cargo suprimido), lá no Rio Grande do Norte. Em reação ao comunismo, as Ligas Camponeses estavam se espalhando no Nordeste, o bispo católico, em contraponto ao comunismo ele criou as aulas de base, lá em (inaudível). Começou a criar alfabetização de adultos. A partir dali foi se expandindo a ideia, depois se passou para o movimento de Educação de base então é isso aí, era a igreja. Foi responsável por isso.

Junto com os agentes de catequese rural, essa equipe mapeou as comunidades onde iniciaria o trabalho. Seu objetivo central era disseminar a educação popular simultaneamente à evangelização e à promoção humana. Assim, a Prelazia fomentou o surgimento de centenas de igrejas/capelas nas localidades, além de escolas, colégios e assistência social à população. Ao mesmo tempo, também investiu na capacitação de leigos para expandir a evangelização nas comunidades enquanto se formavam novos padres.

Em entrevista o ex-monitor do MEB em Santarém professor Rivelino Lacerda sobre sua atuação como liderança leiga da igreja relata: “Ah! Da Igreja, eu comecei muito cedo, com 16 anos eu já era catequista na

comunidade e muito rapidamente eu passei a coordenar, já com 18 anos, a Pastoral da Juventude, depois fui coordenador, ministro da eucaristia, coordenador de distrito, da área e da mini área⁵. O papel desempenhado por ele contribuiu para que pudesse observar a importância da participação das comunidades nas Feiras de Cultura Popular, como diz:

Os campeonatos de futebol populares, reunia os times das comunidades e traia muita gente para se reunirem aqui na cidade para participar das disputas de campeonatos. Traziam a produção da cultura popular das comunidades, frutas, tecidos de palha de tucumã, cuias... era um negócio espetacular!

Os núcleos de catequese disseminados por diversas localidades, segundo a estatística da Prelazia, atingiram 23.427 famílias, totalizando 133.417 pessoas. Esses núcleos funcionavam não apenas como centro de atividade religiosa local, mas também como elemento de desenvolvimento comunitário, fomentando a formação de líderes comunitários, alguns dos quais passam a colaborar estreitamente com o sacerdote, na imensidão do interior Amazônico (Jornal do Baixo Amazonas, 1978). A partir de 1965, o MEB manteve uma rede de escolas radiofônicas em Santarém, utilizando, para atingi-las, a faixa de frequência das ondas da Rádio Rural (AM 710). Sediado na Prelazia, onde também funcionava a Cúria, o MEB era coordenado pelas professoras Aurenice de Araújo, Iêda Campos, Zuila Lemos e Francisca Carvalho e outros que ministravam aulas através do rádio.

Essas aulas eram acompanhadas, presencialmente, nas chamadas Escolas Radiofônicas, por um monitor escolhido entre os moradores que soubessem ler e escrever. As pessoas se dirigiam a um barracão na comunidade, onde ouviam as aulas e, no mesmo local, recebiam orientação de uma pessoa já alfabetizada para realizar as atividades. A maneira como as aulas eram conduzidas através do rádio, mais o acompanhamento de monitores próximos, motivavam os alunos-ouvintes e aumentavam

⁵ LACERDA, Rivelino. Entrevista concedida ao autor, em 17/10/2011.

o interesse em aprender a ler e a escrever. Em que pese à inexistência de energia elétrica nessa época, as comunidades utilizavam um lampião⁶ como fonte de iluminação. Uma equipe de supervisores acompanhava os trabalhos dos monitores, tirando dúvidas, esclarecendo sobre as atividades e desenvolvendo um trabalho de organização comunitária nas localidades atendidas. Como exemplo, Justino Sarmento, os irmãos Norberto e Gabriel Pinto, Arderico Pereira, Eulógio Cruz, Benedita Pereira e muitos outros desempenharam esses papéis.

De 1965 a 1967 a equipe do MEB foi basicamente constituída por agentes voluntários ou gratificados com o rendimento advindo da operação da Rádio Rural, ou, ainda, por servidores do governo do Estado a serviço da Prelazia. Esse grupo promoveu uma série de ações voltadas à educação, à cultura e à formação humana, nas três dimensões estruturantes do movimento que pretendia, simultaneamente, diminuir os índices de analfabetismo das comunidades rurais, capacitando-as para a compreensão da realidade e para a participação consciente e responsável na construção de uma sociedade verdadeiramente justa e humana.

A educação, então, era compreendida como algo muito além de um processo formal que possibilita às pessoas o acesso ao conhecimento, à escrita e à leitura; era, de fato, concebida como um ato político de construção de uma outra escola e um outro homem, expressão de uma condição de cidadania e esperança de se perceber e ser percebido pela sociedade, como afirma Brandão (2012). O que o MEB visava era um tipo de educação que os grupos populares proporcionam a si próprios, uma forma de educação menos oficial e menos enquadrada nos programas focados na relação professor-alunos.⁷ Era, portanto, um tipo de educação

⁶ Lampião era uma botija de gás e um suporte de metal com uma saída de gás, onde colocava a chamada camisinha de lampião no alto, muito utilizado pelas comunidades tradicionais para iluminar os barracões e outros espaços onde aconteciam as aulas radiofônicas e outras atividades nas comunidades.

⁷ Como afirma Brandão (2012), a educação popular é a negação da negação, e não apenas um método de conscientização humana, mas um processo de trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções. É, por exemplo,

que transcendia o exercício da leitura, da escrita e do cálculo, e primava por uma forte dimensão política de expressão da consciência de classe e de pertencimento a coletivos de sujeitos históricos que se encontravam em processos de luta por direitos, identidade e valorização sociocultural.

Como se vê no Relatório do MEB em 1979, a concepção “mebiana” de educação de base coadunava-se com a definição dada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO):

Educação de Base é o mínimo de Educação que tem por fim ajudar as crianças e os adultos, privados da vantagem de uma educação escolar, a compreenderem os problemas do meio em que vivem, a fazerem uma ideia dos seus direitos e deveres, tanto coletivos como individuais, e a participarem mais eficazmente do progresso econômico e social da comunidade da qual fazem parte. Ela tem igualmente, um trabalho que visa o despertar a consciência e a dignidade da pessoa humana e a desenvolver o sentimento de solidariedade cultural e moral da humanidade.

Essa concepção embasava os processos de educação de base realizados pelo MEB através das Escolas Radiofônicas implantadas nas comunidades santarenas, os quais incluíam o acompanhamento sistemático a elas. Esse tipo de educação, conforme o MEB, servia ao meio rural tanto quanto ao meio urbano, na medida em que, independente dos perfis socioeconômicos do público, estimula a transformação e a libertação da sociedade como um todo, conectando o homem a uma função social e transmitindo-lhe um sentimento de valor. Concomitantemente, propiciava todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro (Relatório do I Encontro de Coordenadores, Recife, 1962).

Conectando a educação à cultura, segunda dimensão fundamental do projeto do MEB, o recurso à cultura popular era frequente nas ações

a educação que um operário recebe, fora da fábrica e agora fora da escola, dentro do sindicato, que ele recebe de sua agência de classe e através de sua participação pessoal em processos e momentos de trabalho.

pedagógicas promovidas pelo movimento, as quais, em geral, principiavam pelo conhecimento das necessidades e realidades locais na direção de uma ação transformadora. Valorizavam-se os diversos saberes adquiridos pelas comunidades nos espaços naturais que habitavam, seu conhecimento empírico e suas manifestações culturais que tomavam a natureza como fonte de simbolização e significação da vida (LEFF, 2009).

O MEB na Amazônia considerou em sua plataforma pedagógica todos esses aspectos para entender a função social de cada grupo específico e atua sobre sua realidade. Notadamente no município de Santarém, as ações educativas fomentadas pelo MEB conjugavam-se à apresentação de grupos folclóricos, danças e cordões. Essas produções culturais eram canalizadas para apresentação na “Feira da Cultura Popular” – um evento ímpar a cada ano. Durante meses, os grupos folclóricos das comunidades se reuniam para ensaiar com vista às apresentações que seriam realizadas durante as noites de feira. Além disso, faziam-se Caravanas de Cultura Popular que dinamizavam publicações, artesanato, música, canto, dança, folclore, cinema e o próprio rádio.

De acordo com a ex-monitora do MEB, professora Cláudia Laurido sobre seu conceito de cultura popular diz:

[...] mas eu vejo que no caso do MEB quando ele trabalha essa questão das feiras eu acredito que é muito voltada para a questão da população, principalmente a ribeirinha, do interior, a valorização desse modo de ser, esse modo de vivência deles... eu acho que a cultura ela tem via de mão dupla, um vai interferindo no outro. Então no caso aqui eu penso que está voltado para as comunidades, para esses ribeirinhos, no qual o MEB teve atuação no sentido dessa cultura mais amazônica.⁸

As ações de valorização cultural, por sua vez, ligavam-se a outras dimensões da formação humana, atuando no plano das ideias a fim de despertar nas pessoas o sentido simbólico das suas ações. Destaca-se

⁸ LAURIDO, Cláudia. Entrevista concedida ao autor, em 17/10/2011.

entre elas a dinâmica grupal chamada “Círculo de Cultura”, realizada em formato de reunião nas comunidades para promover sua reflexão sobre a visão de mundo e os problemas da atualidade. Esses círculos utilizavam a metodologia dialógica com debate, seguida do processo de alfabetização – ensinar a ler e escrever, partindo das palavras do cotidiano das comunidades. A noção mais refinada tendia a entrelaçar as noções de cultura e consciência histórica.

Entre os anos de 1969 e 1984, a feira teve 11 edições. Cada edição anual tinha um objetivo específico, que mudava a cada feira, de acordo com as especificidades locais e metas a serem alcançadas. Para a realização desse evento havia toda uma preparação, a escolha de uma equipe ampliada de apoio que era subdividida para organizar da melhor maneira possível as diversas tarefas demandadas, a exemplo da construção das barracas, que deviam ser feitas com madeira polida, cipó e cobertura de palha, de forma artesanal.

O MEB tem tudo a ver com a Feira da Cultura Popular, a gente não poderia falar assim de MEB e de Cultura sem deixar de lembrar da pessoa que trouxe o MEB que foi Dom Tiago e da pessoa que me trouxe pra dentro do MEB.. então foi em iniciozinho de 67 a rádio tinha nascido em 64, então estava toda assim aquela experiência, trabalho em algumas comunidades próximas aí nós fomos ampliando e pra chegar a isso. Sabe que o MEB sempre se voltou pra fazer uma educação libertadora pro trabalho de conscientização do homem, pra que o homem descobrisse os seus caminhos, pra que abrisse as perspectivas, eu sempre dizia, a gente sempre teve isso muito em mente é que o homem precisava se conscientizar, então, o quê que seria a conscientização do homem nesse momento? Seria é criar expectativas, abrir horizontes, mostrar o mundo pros homens, pra ter uma visão de mundo por que ele com a visão de mundo ele poderia sonhar, poderia colocar seus sonhos em prática e assim a gente teve muitas experiências, que vieram confirmar isso aí e pra se realizar a Feira da Cultura que é o ponto chave desse nosso encontro, a gente começou assim como você mesma colocou antes, uma turma olhando tudo aquilo

que pelo conceito de cultura que a gente tinha de que “cultura é tudo o que o homem faz”, esse era o conceito na época⁹.

Em suma, estando em boa parte fundamentado nas concepções freirianas de educação, o processo pedagógico do MEB afastava-se da educação formal implementada na sociedade, a mesma sociedade que potencializava a divisão de classes. Logo, na dimensão da formação humana, terceiro eixo do movimento, buscava-se desconstruir mitos prevalentes na sociedade, como tais apontados por Freire (2005, p. 159):

O mito de que todos são livres para trabalhar onde quiserem. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-los e procurar outro emprego.

O mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço.

O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a serem empresários – mais ainda o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica.

O mito da igualdade de classe, quando “sabe com quem está falando?” é ainda uma pergunta de nossos dias.

O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedoras da ordem materialista.

O mito da sua caridade, de sua generosidade, quando o que fazem, enquanto classe, é assistencialismo, que se desdobra no mito da falsa ajuda que no plano das nações, mereceu segura advertência de João XXIII.

O mito de que as elites dominadoras, “no reconhecimento de seus deveres”, são as promotoras do povo, devendo este, num gesto de gratidão, aceitar a sua palavra e conformar-se com ela.

O mito de que a rebelião do povo é um pecado contra Deus.

O mito da propriedade privada, com fundamento do desenvolvimento da pessoa humana, desde, porém, que as pessoas humanas sejam apenas os opressores.

O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos.

O mito da inferioridade “ontológica” destes e da superioridade daqueles.

⁹ Araújo. Entrevista concedida ao autor, 17/10/2011.

Como se vê, o MEB operou processos multidimensionais, indo além do campo rádio-educativo. Segundo Leroy (1989), ele efetivamente representou um importante instrumento da ação catequética, social e política da Igreja Católica na Amazônia, constituindo um espaço de resistência e luta pela liberdade e pelos direitos em Santarém. Se um de seus objetivos era levar o homem a tomar consciência de sua dignidade como pessoa humana, à imagem e à semelhança de Deus, sua estratégia pedagógica fomentou a reflexão sobre a realidade da vida a fim de contribuir para a transformação da sociedade, incomodando setores econômicos e políticos poderosos.

Com a ditadura militar e o evidente acirramento da repressão imposta aos movimentos sociais, o MEB também sofreu perdas na Amazônia e em Santarém. Segundo Sena (2014), seu principal recuo ocorreu nos anos 1980, quando passou a enfatizar iniciativas de ajuda mútua por meio dos grupos de alfabetização, dos clubes de mães, cursos de primeiros socorros, clubes de revenda, promoção de movimentos culturais, reduzindo a visão do comunitário às dimensões de sua comunidade ou, no máximo, de um município. Esse recuo, de acordo com Sena (2014, p. 72-73) levou ao encerramento do MEB na diocese de Santarém, na década de 1990.

É verdade que o MEB mudou de ritmo na década de 80, por imposição da ditadura militar. Sem mais recursos financeiros de fora das igrejas europeias, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil buscou apoio financeiro do governo. Jarbas Passarinho, então ministro da educação da ditadura, aceitou doar toda ajuda financeira mediante a mudança da equipe formadora do MEB em Brasília. A CNBB entrou no jogo do ministro coronel e o MEB perdeu rumo e força, até que já na década de 90 não tinha mais o que oferecer e fechou na diocese de Santarém. O MEB não despertava a consciência revolucionária, mas despertava a consciência sensível aos problemas da região e cultivava o sentido da solidariedade, que era seu limite, pelo menos achava ser o começo que poderia prosseguir para uma mudança social mais ampla, se houvesse uma organização com tal estratégia. Talvez se Marina

Bandeira e seus colegas da equipe central do MEB original em Brasília, tivessem continuado, a consciência crítica teria ajudado o amadurecimento político que preconizava o método Paulo Freire. Mesmo assim, foi de grande apoio ao trabalho de formação da Oposição Sindical Lavradores Unidos, de Santarém. Isso já na segunda metade da década de setenta.

Até então, o MEB se constituiu como um trabalho de grande vulto, com suas aulas radiofônicas e suas equipes de supervisores, ensinando não só a ler e escrever como também efetuando treinamentos na área de saúde, agricultura, vida no lar, vida em comunidade e civismo. Muitos reconhecem que as populações de Santarém tiveram duas fases distintas – uma antes e outra depois do MEB, da Rádio Rural, do Sistema Rádio Educativo e do Movimento Brasileiro de Alfabetização, sendo esta última a melhor (Jornal do Baixo Amazonas, 1978).

4 CONCLUSÃO

A discussão em torno das realizações das Feiras da Cultura Popular entre os anos de 1964 a 1984 em Santarém oportunizou momentos de muitas reflexões a respeito de acontecimentos registrados naquele período por ocasião inicialmente da organização e elaboração do Primeiro Projeto da Feira da Cultura Popular em Santarém. Para consolidar tal projeto é importante lembrar o papel que o Movimento de Educação de Base – MEB desempenhou a frente das organizações populares e que influenciou a iniciativa dos coordenadores do MEB para a realização das reuniões afim de que se discutisse a realização de um projeto que juntasse o homem do campo e o homem da cidade numa mesma articulação e que lhe proporcionasse uma interação sociocultural possibilitando a troca de experiência.

Para difundir conhecimento, o MEB trabalhou além da educação outras propostas de conhecimento e desenvolvimento intelectual a partir das práticas culturais comuns a trabalho do homem do campo. Nesse sentido, foi trabalhada a questão religiosa com formação de catequistas

e membros leigos para o serviço da igreja, questões voltadas ao civismo como a valorização da bandeira nacional como símbolo de independência, esporte como práticas importantes para o desenvolvimento físico do homem além, de inúmeras práticas de produção de confecção de artesanato para fins de produção em grande escala proporcionando a venda desta produção para melhor subsidiar a vida cotidiana do homem.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BENTES, A. J. **Contribuição ao processo de avaliação da participação política de lideranças nos movimentos sociais em Santarém**. 2014. (Manuscritos)C.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio: **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLARES, Anselmo Alencar. **Sociedade e educação em Santarém – PA: estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984)**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GABLER, Aurenice de Araújo; ALMEIDA; Francisco E. G.; M. FILHO, Lauro N. **MEB – Vinte anos em Santarém: suas contribuições na emancipação do homem**. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Pedagogia, Belém, 1996.

KEHL, Maria Rita et.al. Resistência da Sociedade Civil às grandes violações de Direitos Humanos. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Textos Temáticos**. Brasília: CNV, 2014. v. 2. P. 342. Disponível em: www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads. Acesso em: 11 jun. 2019

LEFF, Enrique. A cultura como mediação entre os processos econômicos e processos ecológicos. In: LEFF, Henrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 98-142. MARTINS

LEROY, Jean-Pierre René Joseph. **Uma chama na Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MIRANDA, Edna Lopes; FIUZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte¹. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SENA, Edilberto Francisco Moura. **Uma Revolução que ainda não aconteceu: movimentos sociais no Baixo Amazonas, exuberância e fragilidade de 1978 a 2014**. Santarém: Gráfica e Editora Brasil, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964: visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1964 – 2014: golpe militar, história, memória e direitos humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

Texto submetido em 16.04.2020.

Aceito para publicação em 19.05.2020.